

PODER E SABER EM MAQUIAVEL E SHAKESPEARE

MIGUEL CHAIA

A modernidade cria um espaço delimitado para a política, que ganha gradativamente autonomia, na medida em que se observa uma dinâmica e mecanismos específicos a ela, e também define-se o seu objeto – o poder. Se entre os gregos e os pensadores da idade média a política ligava-se respectivamente à ética e à religião, no renascimento, com as contribuições de Maquiavel, e mais tarde com as de Montesquieu, ela torna-se realisticamente terrena. Passa a ser entendida como um fenômeno que se desenrola em cotidianos conjunturais ágeis e inesperados, regrados por leis próprias e passíveis de explicitação através de análises históricas e racionais.

Com Maquiavel, nesta esfera que tem agora apontada a sua autonomia, configurando um objeto específico, transitam os indivíduos diferenciados pela situação em face do poder político, compondo-se então um grupo de governantes, indivíduos no poder ou próximos a ele, portanto metaforicamente ocupando os palácios e sintetizados na figura do príncipe; e um outro grupo, de governados, súditos que metaforicamente circulam nas praças e podem ser sintetizados na idéia de povo. Neste caso, Maquiavel pioneiramente observa e explicita o fenômeno da desigualdade social entre os homens, utilizando como critério a posição dos indivíduos em relação ao poder político.

Miguel Chaia é professor da Faculdade de Ciências Sociais e da Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP.

Desta forma, importa a Maquiavel acompanhar os feitos dos políticos e avaliar a capacidade que os indivíduos possuem para obter, manter e assegurar o poder, contra as tendências subjacentes à sua própria dinâmica e as outras iniciativas nascidas de indivíduos concorrentes voltados aos mesmos objetivos. A política torna-se assim, uma esfera de tensões permanentes entre os indivíduos e entre estes e a razão de Estado.

O renascimento, afirmando o valor da individualidade, permite pensar a proximidade que existe entre indivíduo e poder, uma vez que se coloca então a possibilidade de exteriorização das potencialidades (políticas) do indivíduo no mundo. O enfrentamento entre homem e poder é uma experiência desafiadora e limítrofe, inevitável dada a natureza humana e as condições de vida em sociedade, geradora da esfera política. Neste sentido, analisar a natureza do poder e do saber em Nicolo Maquiavel e em William Shakespeare, permite levantar questões originais, pertinentes até os dias de hoje.

Em 1513, Maquiavel escreve *O Príncipe*, bem antes do nascimento de Shakespeare em 1564. Embora seja uma questão polêmica pode-se pensar que uma fase da obra deste dramaturgo tenha sido marcada pela leitura daquele autor, mesmo porque idéias como as de Maquiavel circulavam pelo continente europeu, na época. Cabe, portanto, exercitar análises comparativas e diferenciadoras entre as formulações de um e de outro, tendo em vista compreender as relações entre saber e política, nestes dois autores.

Enquanto Maquiavel reforça a racionalidade política, fundada na adequação entre meios e fins, a abordagem shakespeariana supõe a dimensão subjetiva, afetiva e, portanto, irracional do exercício do poder, associada à dimensão racional da política. Shakespeare valoriza, assim, um outro tipo de contradição que perpassa o político ao apontar para o valor das paixões, das emoções individuais e das comoções coletivas no interior da política. O significado da morte, como deixa entrever em *Macbeth* – onde escreve que a vida é uma sombra ambulante, um pobre ator que passa –, torna relativo o fenômeno político, conduzindo Shakespeare a dar maior importância à vida e ao homem.

Por isso, na dramaturgia produzida por Shakespeare, mais o homem, mas também a política constituem as medidas importantes da vida. O indivíduo, na sua natureza e humanidade, atravessa os seus dias defrontando-se consigo mesmo e com o poder, em um encadeamento de fatos regidos pelo destino. Os homens agem, porém a suas ações desenrolam-se num espaço encoberto e de difícil acesso à compreensão do sujeito. O conhecimento vai se dando no transcurso da experiência, porém marcado pela

tragédia, já que não se realiza plenamente a efetiva apreensão dos acontecimentos circundantes.

Entre as várias interpretações que a seguinte passagem de Macbeth permite, uma delas aponta para a dificuldade da compreensão do mundo, explicitamente da política que tem um fundo escuro a ser decifrado: “Oh horror! horror! horror!/Boca nem coraçoão poderão nunca/Nomeá-lo ou concebê-lo!” (Shakespeare, 1989:45).

Por sua vez, em Maquiavel, ganha importância a racionalidade vinculada às necessidades políticas, uma vez que as ações direcionadas ao poder exigem entendê-las de forma terrena e realista. Assim, a natureza do poder envolve a razão de Estado, dada pelas regras próprias que a política requer no seu funcionamento. Ela envolve também a história e as qualidades dos indivíduos que agem politicamente, tornando tanto a fortuna quanto a virtú, aspectos importantes da prática política. A natureza do saber supõe principalmente a virtú, já que é relevante que o indivíduo compreenda a realidade e a história e apreenda lições, estando assim de posse de conhecimentos que o auxiliem a agir. Deve-se destacar que, com Maquiavel, a ação ganha significado nuclear na política, aparecendo como resultado da fortuna, mas em larga medida também das qualidades do príncipe envolvido no embate político.

O livro *O Príncipe* é uma série de conselhos políticos, síntese de uma larga experiência do autor na observação da história, e de uma intensa reflexão a respeito da constituição dos Estados nacionais. É neste sentido que Maquiavel dedica o livro ao magnífico Lorenzo de Medici, esperando que o conhecimento repassado a ele o auxiliasse no jogo político, em benefício de uma unificação peninsular centrada em Florença.

Desta forma, o livro *O Príncipe* aparece como uma reflexão sistematizada e pedagógica, sobre as exigências realistas, para se conquistar e preservar o poder. A história desdobra-se como fonte de conhecimento necessário ao andamento da experiência política, devendo, portanto, ser observada para a compreensão da política e o sucesso do exercício do poder. Na introdução do livro, Maquiavel escreve: ... “não encontrei entre os meus cabedais coisa a mim mais cara ou que tanto estime, quanto o conhecimento das ações dos grandes homens apreendidos através de uma longa experiência das coisas modernas e uma contínua lição das antigas as quais tendo, com grande diligência, longamente perscrutado e examinado e, agora, reduzido a um pequeno volume, envio a Vossa Magnificência.” (Maquiavel, 1969:11).

O saber político compõe-se de um complexo espectro que comporta tanto os conselhos e orientações sistematizados por um estudioso ou

analista, quanto o conhecimento obtido através do aprendizado do príncipe, na prática do exercício político. Tal sabedoria política pode, em certas circunstâncias, ser do povo e não apenas de indivíduos. Em Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio, Maquiavel afirma que a multidão pode ser mais sábia e constante do que o príncipe, quando não se abandona aos impulsos coletivos e “tem o poder, sob o império de uma constituição. [...] Também na escolha de magistrados o povo procede melhor do que o príncipe. Jamais se poderá persuadir o povo a elevar a uma alta dignidade um homem corrupto e marcado pela infâmia dos seus costumes... Quando o povo adquire horror a uma instituição, este sentimento perdura séculos – uma constância desconhecida dos príncipes.” (Maquiavel, 1979:185).

Os Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio, diferentemente de O Príncipe, é a contribuição de Maquiavel ao debate renascentista a respeito das virtudes da República. O saber político, neste caso de preservação da liberdade e promoção do bem comum, esparrama-se para além do núcleo do poder palaciano, atingindo os que ocupam as praças, isto é, o povo. Ao se tratar da República, a natureza do poder deve ser diferenciada do poder do príncipe, uma vez que naquele sistema político importa a liberdade e a construção de um espaço público, com contribuições que vão desde a elaboração de boas leis, passando por eficientes magistrados até a presença de um povo sábio, os habitantes da civitas.

Tratando-se de conselheiros, de príncipes ou do povo, a natureza do conhecimento afeta e caracteriza o tipo de ação política a ser desempenhada no cenário político. A natureza humana, pelo seu potencial de racionalidade e capacidade de apreensão da história, vincula-se intimamente às possibilidades do sucesso do jogo político; processo este intermediado pelo grau de saber à disposição dos agentes envolvidos neste jogo.

No livro O Príncipe, duas passagens auxiliam, de um lado, apontar o papel da fortuna (acaso, sorte) na atuação política e, de outro, mostrar o significado da virtú e da iniciativa individual para o bom empreendimento político.

Quanto ao primeiro aspecto, escreve Maquiavel: “Considero seja melhor ser impetuoso do que dotado de cautela, porque a fortuna é mulher e conseqüentemente se torna necessário, querendo dominá-la, bater-lhe e contrariá-la; e ela mais se deixa vencer por estes do que por aqueles que procedem friamente. A sorte, porém, como mulher, sempre é amiga dos jovens, porque são menos cautelosos, mais afoitos e com maior audácia a dominam.” (Maquiavel, 1969:148).

Na segunda passagem, Maquiavel reafirma o papel do livre arbítrio e reforça as idéias colocadas no trecho anterior: “[...] tornar-se chefe desta redenção [...] não será muito difícil, se procurardes seguir as ações e a vida dos acima indicados. [...] Aqui há uma grande disposição, e onde esta existe não pode haver grande dificuldade, desde que se imite o modo de agir daqueles que apontei como exemplo. Além disso, aqui se vêem acontecimentos extraordinários emanados de Deus [...] O restante deve ser por vós. Deus não quer fazer tudo, para não nos tolher o livre arbítrio e parte daquela glória que compete a nós.” (Maquiavel, 1969:150).

Maquiavel e Shakespeare supõem dois grandes pólos de forças no interior do espaço político. Um deles é constituído pelas ações humanas, com os indivíduos defrontando-se entre si e com o poder, levando em consideração as realidades práticas da vida política, por mais desagradáveis que possam parecer ao idealismo estrito. O outro pólo refere-se à dinâmica autônoma do poder, redutor das possibilidades de controle das forças políticas que se abatem sobre os homens. No primeiro caso, o controle e o conhecimento são fatores importantes; no segundo o descontrole e a razão política ganham maior significado. A política, como *locus* da junção destes dois pólos, configura-se como um reino em permanente tensão, com equilíbrios e desequilíbrios de forças sucedendo-se indefinidamente.

William Shakespeare, em *A Tempestade*, sua última peça, publicada em 1611, cria um exemplo de estrutura sintética das relações políticas, mesmo que não se discuta a sua grandeza literária. *A Tempestade* trata de um governo instaurado por Próspero, em uma ilha, após ter sido destronado do Ducado de Milão por seu irmão Antonio, pactuado com o rei de Nápoles. Em seguida a esta usurpação, ele e sua filha Miranda são colocados num barco, contendo mantimentos e livros, que à deriva chega finalmente à ilha. Aí, gradativamente, Próspero adquire plena posse de novos poderes. A generosa fortuna permite, um dia, que Próspero se vingue dos usurpadores, quando eles estão navegando nas costas da ilha, voltando de uma viagem da África. Próspero arma uma tempestade e com a ajuda de Ariel, manipula os destinos dos naufragos que chegaram às praias da ilha, também habitada por outros espíritos e por Caliban, escravo peçonhento.

Shakespeare arma uma situação dramática, onde Próspero utilizando-se do saber e da magia (fundamentos do novo poder na ilha) controla completamente os habitantes do seu reinado, bem como o destino dos naufragos, instaurando uma situação política semelhante a uma espécie de principado novo, conforme denominação de Maquiavel aos domínios conquistados e submetidos a um príncipe.

Neste sentido, Próspero simboliza o poder político capaz de “ofuscar o sol do meio-dia”, tornando-se um príncipe condutor e criador de uma nova ordem. O poder político pode ser exercido de diferentes maneiras, sendo que para Shakespeare a sua evolução permite avançar rumo a um ordenamento legal e justo, mesmo quando sofre interrupções violentas – como foi o caso da deposição do antigo soberano de Milão.

Em Shakespeare encontra-se a valorização do poder monárquico legítimo, pois “se a legitimidade ou os bons objetivos conseguem criar um ténue anteparo ao campo gravitacional gerado pelo poder, o mesmo não acontece com o poder usurpado e despótico que leva à destruição àqueles que o ocupam ou vivem sob ele.” (Chaia, 1995:177).

No Ducado de Milão, Próspero era um príncipe cujo poder estava restrito à sua biblioteca. Enquanto se dedicava as leituras, não exercitava a prática política de forma realista e racional: “Próspero: Para que não houvesse nenhum véu entre o papel que desempenhava e o seu Próprio desempenho, decidiu tornar-se senhor absoluto de Milão. Quanto a mim, pobre coitado – minha biblioteca era um ducado suficientemente grande –, ele considerou que eu não era capaz de governar; sedento de poder, aliou-se ao Rei de Nápoles” (Shakespeare, 1991:31). Neste diálogo com Miranda, Próspero reconhece que amava os livros e prezava mais a biblioteca do que o seu ducado, quando reinava em Milão. Tratava-se de um governante de natureza moral, voltado principalmente ao estudo e ao conhecimento, desleixando-se das práticas realistas exigidas para o exercício do poder.

Este personagem shakespeariano é uma referência para se analisar as relações entre natureza humana, natureza do saber e natureza do poder. Ele experimenta a tensão entre conhecimento e ação política, como também a vivenciou o personagem Hamlet. Discutindo esta situação paradoxal, Nietzsche escreveu que “o homem dionisíaco se assemelha a Hamlet: ambos lançaram alguma vez um olhar verdadeiro à essência das coisas, ambos passaram a CONHECER e a ambos enoja atuar; pois sua atuação não pode modificar em nada a eterna essência das coisas, e eles sentem como algo ridículo e humilhante que se lhes exija endireitar de novo o mundo que está desconjuntado” (Nietzsche, 1992:56).

Próspero experimenta três situações interligadas no transcorrer da peça, e que envolvem saber individual e poder político. Na primeira, em Milão, Próspero desenvolve o seu saber separado da prática política, caracterizando-se como um estudioso mas não como um político eficiente. Na segunda circunstância, já na ilha, Próspero amplia seu saber e magia utilizando-os

na racionalidade política, aproximando desta forma saber e política. Na terceira, no epílogo da peça, Próspero e Shakespeare nos fazem titubear face ao significado do saber e do poder.

Em *A Tempestade*, o livro e a biblioteca aparecem com valores simbólicos extremamente relevantes – geradores da magia e do saber, bases do poder de Próspero. Tão importantes são os livros, que Caliban durante a conspiração para derrubar Próspero do poder da ilha, informa a Estéfano, outro conspirador, que antes de assassiná-lo, antes de tudo, “não se esqueças de tomar seus livros. Sem os livros, ele não passa de um idiota como eu” (Shakespeare, 1991:105). Eles são fontes de saber e poder que ampliam a capacidade e a ação do sujeito e servem para compreender a realidade e melhor agir politicamente, em circunstâncias – como na ilha e não em Milão – onde saber e política estavam separados.

Durante o exercício do seu poder, na ilha, Próspero governa com a sorte – “árbitro de nossas ações” – e com a virtú, “a outra metade”, conforme escreve Maquiavel em *O Príncipe*. O personagem passa da situação onde o saber é voltado para o aprimoramento individual ou contemplação, para outra situação na qual o saber aciona ações e práticas eficientes, traduzindo a formulação de Maquiavel de que é necessário dominar a fortuna e, com a sorte, ser menos cauteloso e mais audacioso.

Na situação de Duque de Milão, Próspero não era um arqueiro hábil que considerava o ponto distante a atingir, nem media a capacidade do arco e nem usava da boa mira, como escreve Maquiavel, no capítulo VI de *O Príncipe*, referindo-se ao significado da racionalidade governamental. Agora, numa nova situação onde saber e poder se inter-relacionam, Próspero descobre que “[...] nas ações de todos os homens, em especial dos príncipes, [...] o que importa é o sucesso das mesmas. Procure pois um príncipe, vencer e manter o Estado: os meios serão sempre julgados honrosos e por todos louvados” (Maquiavel, 1969:109).

Na ilha, Próspero utiliza-se principalmente do seu conhecimento para executar racional e realisticamente a ação política, utilizando-se desde a violência até a persuasão para facilitar o domínio dos homens, das coisas e, inclusive, da natureza. Nesta situação, observa-se uma concepção que une conhecimento e ação política, uma vez que o saber pode auxiliar a prática. Calculadamente e utilizando-se de sua arte, Próspero ocupa a ilha, escraviza o filho herdeiro de Sycorax, anterior governante; controla os espíritos da ilha; ordena a tempestade, manipula as vidas dos náufragos; enfim julga e perdoa, colocando o tempo novamente nos eixos, avançando assim no drama hamletiano (Chaia, 1995).

Próspero exerce assim o poder absoluto e de forma eficiente, desconsiderando até os apelos da filha que suplica pelo amado. Torna-se um príncipe para quem a racionalidade é central e buscando a eficiência da ação política. Descobre a relação entre saber e política e mostra que a política não é apenas uma forma de conhecimento, mas é também uma técnica a ser aplicada, avaliando-se as circunstâncias (Chaia, 1995).

Na terceira situação narrada em *A Tempestade*, Shakespeare coloca Próspero (talvez ele mesmo) frente a uma experiência limítrofe, onde o poder e o saber ganham um significado a ser elucidado, se não no nível da filosofia, na descoberta do sentido da vida ou da morte: “Epílogo. Falado por Próspero: Meu poder já não existe,/Só minha força persiste/E é débil mas é verdade/... Tenho o ducado na mão/Perdoei de alma serena,/Mereço escapar a pena./Libertai-me, pois, da ilha ...”.

BIBLIOGRAFIA

- MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
- MAQUIAVEL, N. *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Brasília, U.n.B., 1979.
- SHAKESPEARE, W. *A Tempestade*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1991.
- SHAKESPEARE, W. *Macbeth*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- SHAKESPEARE, W. *Hamlet*. Porto Alegre, L.P.M. Editores, 1988.
- NIETZSCHE, E. *O Nascimento da Tragédia*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.
- CHAIA, M. “A Natureza da Política em Shakespeare e Maquiavel”. *Estudos Avançados*, 23. São Paulo, USP, 1995.